

Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto

Despacho n.º 23 732/2005 (2.ª série). — Considerando que o director do Gabinete do Serviço dos Objectores de Consciência foi desligado do serviço para efeitos de aposentação, tendo sido designada para o lugar a chefe de divisão dos Assuntos Jurídicos Maria Eduarda Pinto, vindo, desde então, a praticar actos na medida do estritamente indispensável, no âmbito da gestão corrente;

Considerando que, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 28.º da Lei n.º 7/92, de 12 de Maio, o director do Gabinete do Serviço Cívico é um dos membros que compõem a Comissão Nacional de Objecção de Consciência;

Considerando, ainda, o despacho n.º 14 406/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 30 de Junho de 2005;

Ratifico, neste contexto, todos os actos praticados pela chefe de divisão dos Assuntos Jurídicos, licenciada Maria Eduarda Pinto, no exercício das funções de directora do Gabinete do Serviço Cívico e como membro da Comissão Nacional de Objecção de Consciência no período compreendido entre 14 de Março e 1 de Novembro de 2005.

O presente despacho produz efeitos imediatos.

3 de Novembro de 2005. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *Laurentino José Monteiro Castro Dias*.

Despacho n.º 23 733/2005 (2.ª série). — A Confederação Portuguesa das Associações de Treinadores, instituição fundada em 6 de Outubro de 1997, desempenha um relevante papel no sistema desportivo português, integrando o Conselho Superior de Desporto.

A Confederação Portuguesa das Associações de Treinadores tem como associadas as associações de treinadores de andebol, atletismo, basquetebol, hóquei em patins, judo, natação, *rugby*, *badminton*, boxe, desportos gímnicos, duatlo e triatlo, karaté, lutas amadoras, remo, ténis, ténis de mesa, tiro e voleibol e é filiada no International Council for Coach Education (ICCE).

Pelo despacho n.º 11/SED/2004, de 13 de Setembro, foi reconhecido o interesse público do 1.º Congresso dos Treinadores dos Países de Língua Portuguesa, organizado pela Confederação Portuguesa das Associações de Treinadores.

A Confederação Portuguesa das Associações de Treinadores pretende, em 2007, organizar o 2.º Congresso dos Treinadores dos Países de Língua Portuguesa.

Face à expressão do evento, que envolverá um significativo número de agentes do desporto, a experiência entretanto colhida mostra a necessidade de afectar, desde já, os recursos humanos, indispensáveis para assegurar o bom funcionamento da organização.

O Programa do XVII Governo da República, quanto à dimensão internacional do desporto português, refere-se expressamente à necessidade de «fomentar a cooperação bilateral e multilateral, com especial relevo para os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa»;

Assim, torna-se necessário garantir a aplicação das medidas de apoio previstas nos artigos 12.º, 13.º, 19.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 125/95, de 31 de Maio, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 123/96, de 10 de Agosto, aos agentes desportivos a que alude o n.º 3 do artigo 39.º do referido diploma.

Pelo exposto, nos termos e para os efeitos da legislação acima indicada, reconhece-se o interesse público do 2.º Congresso dos Treinadores dos Países de Língua Portuguesa.

9 de Novembro de 2005. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *Laurentino José Monteiro Castro Dias*.

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 23 734/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 21 de Setembro de 2005, com a anuência da vogal executiva do conselho de administração do Hospital Pulido Valente, S. A., de 18 de Outubro de 2005:

Aida Maria de Matos Saúde, assistente administrativa do quadro de pessoal do Hospital Pulido Valente, S. A. — transferida para o quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, ao abrigo do disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a mesma categoria e vínculo, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Novembro de 2005. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Despacho (extracto) n.º 23 735/2005 (2.ª série). — Por despacho da Autoridade Nacional de Segurança de 16 de Setembro de 2005, por delegação:

Maria Ivone Barata Marçano Gomes, auxiliar de limpeza do Gabinete Nacional de Segurança, na situação de licença sem vencimento de longa duração — autorizado o seu regresso ao serviço, com efeitos a 20 de Setembro de 2005, nos termos do artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Novembro de 2005. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Instituto para a Gestão das Lojas do Cidadão, I. P.

Despacho (extracto) n.º 23 736/2005 (2.ª série). — Foi celebrado contrato de trabalho, com efeitos a 1 de Junho de 2005, entre o Instituto para a Gestão das Lojas do Cidadão, I. P., e Maria de Lourdes Pires Santos Faustino, no âmbito do acordo de cedência especial de funcionário previsto no artigo 23.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, celebrado entre o Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I. P., e o Instituto para a Gestão das Lojas do Cidadão, I. P., em 23 de Setembro de 2005.

7 de Novembro de 2005. — O Presidente, *Carlos Mamede*.

Instituto Português da Juventude

Despacho n.º 23 737/2005 (2.ª série). — 1 — Considerando que os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo.

2 — Nos termos do conjugadamente disposto no n.º 8 do artigo 21.º e no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi imprimida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio para o exercício do cargo de chefe de divisão de Planeamento e Gestão do Departamento Administrativo e Financeiro, em regime de substituição, o licenciado Nuno Miguel Cameiro Bastos Cadete, inspector tributário do nível 1 no Serviço de Inspeção Tributária da Direcção de Finanças de Lisboa.

3 — A nomeação fundamenta-se nos conhecimentos e na experiência profissional do ora nomeado, que se evidencia na respectiva nota curricular, publicada em anexo ao presente despacho.

4 — A presente nomeação é feita por urgente conveniência de serviço e produz efeitos a partir de 7 de Novembro de 2005.

13 de Outubro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Gerales*.

ANEXO

Curriculum vitae

Identificação:

Nome — Nuno Miguel Cameiro Bastos Cadete;
Morada — Rua de Mateus Fernandes, 15, 4.º, A, direito, 2780-233 Oeiras;
Data de nascimento — 12 de Setembro de 1973;
Bilhete de identidade n.º 10046010, emitido em 18 de Fevereiro de 1994 pelo arquivo de identificação de Lisboa.

Habilitações literárias — licenciatura em Economia pela Universidade de Évora (1991-1996).

Actividade profissional:

Novembro de 2000-... — inspector tributário do nível 1 no Serviço de Inspeção Tributária da Direcção de Finanças de Lisboa (DGCI);
1998-Outubro de 2000 — desempenho de funções nas áreas de contabilidade, tesouraria e pessoal na DINENSINO, C. R. L.;
1997 — estágio na direcção financeira e administrativa da CIM-POR — Indústria de Cimentos, S. A., no sector de contabilidade e orçamentos;
1996 — SCALCONTA — Gabinete de Contabilidade e Assessoria Fiscal.

Formação complementar/profissional:

Formação complementar:

Pós-graduação em Gestão de Negócios (Universidade Moderna);
Curso de especialização em auditoria no CEMAF/ISCTE;

Curso de fiscalidade e assessoria pela ESINE — Centro de Estudos Empresariais, L.^{da};

Formação profissional:

Formações diversas na área fiscal;
Curso específico de Excel para Economia e Gestão;
Curso de análise de projectos de investimento;
Conhecimentos de informática em ambiente AS/400 nas aplicações CIG e SAF;
Inscrição na Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (TOC).

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Despacho conjunto n.º 981/2005. — Nos termos da alínea *d*) do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 3.º do capítulo I, e da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 5.º do capítulo II, ambos os artigos do Estatuto do Mecenato, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 74/99, de 16 de Março, reconhece-se que os donativos concedidos no ano 2002 ao Ginásio Clube de Santo Tirso, número de identificação de pessoa colectiva 501110810, para a realização de actividades ou programas de carácter não profissional considerados de interesse desportivo, podem usufruir dos benefícios fiscais ali previstos, desde que os respectivos mecenas não tenham, no final do ano ou do período de tributação em que o donativo é atribuído, qualquer dívida de imposto sobre o rendimento, a despesa ou o património e de contribuições relativas à segurança social, ou, tendo-a, sendo exigível, a mesma tenha sido objecto de reclamação, impugnação ou oposição e prestada garantia idónea, quando devida, e sem prejuízo do disposto no artigo 86.º do Código do IRC, se ao caso aplicável.

31 de Outubro de 2005. — Pelo Ministro de Estado e das Finanças, *João José Amaral Tomaz*, Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *Laurentino José Monteiro Castro Dias*.

Despacho conjunto n.º 982/2005. — Nos termos da alínea *d*) do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 3.º do capítulo I, e da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 5.º do capítulo II, ambos os artigos do Estatuto do Mecenato, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 74/99, de 16 de Março, reconhece-se que os donativos concedidos no ano 2003 ao Ginásio Clube de Santo Tirso, número de identificação de pessoa colectiva 501110810, para a realização de actividades ou programas de carácter não profissional considerados de interesse desportivo, podem usufruir dos benefícios fiscais ali previstos, desde que os respectivos mecenas não tenham, no final do ano ou do período de tributação em que o donativo é atribuído, qualquer dívida de imposto sobre o rendimento, a despesa ou o património e de contribuições relativas à segurança social, ou, tendo-a, sendo exigível, a mesma tenha sido objecto de reclamação, impugnação ou oposição e prestada garantia idónea, quando devida, e sem prejuízo do disposto no artigo 86.º do Código do IRC, se ao caso aplicável.

31 de Outubro de 2005. — Pelo Ministro de Estado e das Finanças, *João José Amaral Tomaz*, Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *Laurentino José Monteiro Castro Dias*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção-Geral de Viação

Despacho n.º 23 738/2005 (2.ª série). — Por despachos do director-geral de Viação e da directora do Gabinete das Relações Culturais Internacionais do Ministério da Cultura de 29 de Setembro e 10 de Outubro de 2005, respectivamente:

Ana Maria Ferreira Chaves Angelino, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal do Ministério da Cultura — transferida para a mesma categoria e carreira do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação, considerando-se exonerada do seu anterior lugar, com efeitos a 1 de Novembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Outubro de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

Despacho n.º 23 739/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 31 de Outubro de 2005, proferido ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 484/99, de 10 de Novembro, na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2002, de 7 de Abril:

Maria João Russo Canelas Francisco — nomeada definitivamente na categoria de técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior do quadro de pessoal não dirigente desta Direcção-Geral, com efeitos a partir de 20 de Julho de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Outubro de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

Governo Civil do Distrito de Évora

Despacho n.º 23 740/2005 (2.ª série). — Ao abrigo da delegação de competências que me foi conferida por despacho de 28 de Outubro de 2005 da governadora civil e dos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo subdelego, nas minhas faltas e impedimentos, no técnico de informática Frutuoso Luís de Carvalho Roma os poderes previstos na alínea *a*) e na chefe de secção Maria Antonieta Pais Ribeiro Simões os poderes referidos nas alíneas *b*) e *h*) do n.º 1 do referido despacho. Nas faltas e impedimentos destes subdelego na assistente administrativa especialista Maria do Carmo Grave Masapina Gusmão Parraça.

28 de Outubro de 2005. — A Secretária do Governo Civil, *Maria Teresa Tedeu*.

Despacho n.º 23 741/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do despacho de delegação de competências do Ministro da Administração Interna n.º 8941/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 79, de 22 de Abril de 2005, e nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/2001, de 2 de Agosto, e bem assim do n.º 1 do n.º 3.º da Portaria n.º 948/2001, de 3 de Agosto:

Licenciada Renata Costa da Cruz Monteiro Marques — nomeada chefe do Gabinete de Apoio Pessoal da governadora civil, com efeitos a partir de 28 de Outubro de 2005.

Licenciado João António Pereira Canha — nomeado adjunto do Gabinete de Apoio Pessoal da governadora civil, com efeitos a partir de 28 de Outubro de 2005.

Maria Rosinda dos Reis Monteiro Louro — nomeada secretária do Gabinete de Apoio Pessoal da governadora civil, com efeitos a partir de 28 de Outubro de 2005.

28 de Outubro de 2005. — A Governadora Civil, *Fernanda Ramos*.

Governo Civil do Distrito de Lisboa

Aviso n.º 10 415/2005 (2.ª série). — Por despachos da governadora civil do distrito de Lisboa de 13 de Outubro de 2005 e do presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Francisco Gentil de 20 de Outubro de 2005:

Isalina de Jesus Pereira Gonçalves Pinela — assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Escola Superior de Enfermagem de Francisco Gentil — transferida para o quadro de pessoal do Governo Civil do Distrito de Lisboa, com efeitos a partir de 5 de Dezembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Novembro de 2005. — A Secretária do Governo Civil, *Maria Beatriz Pires Monteiro Moreira*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 10 416/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 6 de Outubro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Serifo Baldé, natural de Bafatá, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 6 de Fevereiro de 1960, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto,